

Júlio de Mesquita reitera denúncias contra o Cimi ao depor no Senado

Foto de Gilberto Alves



Júlio de Mesquita Neto e Oliveiros Ferreira depõem na CPI do Senado

BRASÍLIA — O Diretor responsável do jornal "O Estado de S. Paulo", jornalista Júlio de Mesquita Neto, refirmou na CPI do Senado, em depoimento de mais de cinco horas, as denúncias do jornal sobre uma conspiração, envolvendo o Conselho Indígenista Missionário (Cimi), para limitar a soberania nacional na Amazônia. Ele e um dos diretores do jornal, Oliveiros Ferreira, que também depôs, prometeram entregar cópias autenticadas de todos os documentos aos 11 membros da Comissão.

O início do depoimento foi retardado por uma intervenção do Senador Odacir Soares (PFL-RO), pondo sob suspeição dois dos integrantes da Comissão, os Senadores Ronan Tito (PMDB-MG) e Severo Gomes (PMDB-SP) que, em pronunciamentos anteriores, tinham manifestado descrédito quanto aos documentos. Acabou prevalecendo o regimento, que determina que somente o próprio parlamentar que se sentir sob suspeição pode pedir afastamento da CPI.

Júlio de Mesquita Neto reafirmou a veracidade das acusações e prestou os esclarecimentos solicitados pelos parlamentares com a ajuda de Oliveiros, responsável pela coordenação do material publicado. O Diretor de "O Estado" manifestou estranheza com a onda de difamação lançada contra o jornal após as denúncias. Disse ainda que o que mais o preocupa é o fato de se querer contestar as acusações por intermédio de "uma campanha de desinformação".

A falta de uma consulta prévia aos órgãos acusados — o Cimi e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB) foi criticada por alguns parlamentares, mas Oliveiros esclareceu que esta postura foi deliberada, uma vez que não temiam, ao decidir pela publicação, qualquer desmentido. A não divulgação das posições do Cimi e da CNBB, depois das denúncias, se deve, segundo Júlio Mesquita, à recusa dos responsáveis por estas duas instituições em receber repórteres de "O Estado" ou do "Jornal da Tarde".

As ameaças do Cimi de processar judicialmente o jornal, ainda não concretizadas, foram interpretadas como temor de levar adiante as acusações de falsidade dos documentos divulgados. O próprio Secretário Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes, segundo Júlio Mesquita, duvidou da veracidade de apenas dois dos qua-

tros documentos citados nas reportagens.

O Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) foi um dos que considerou como suspeito o fato do Cimi até o momento não ter encaminhado à justiça um processo contra o jornal. Ele pediu que a CPI convoque para depor os dirigentes da CNBB e revelou que pesquisas por ele realizadas comprovam a coincidência entre as propostas da CNBB e a encaminhada ao Brasil por um grupo de jovens católicos da Austrália. Tal coincidência, segundo ele, pode ser observada numa leitura atenta das resoluções das últimas reuniões da CNBB. O Deputado questionou também os critérios utilizados na criação de reservas indígenas que, em alguns casos, asseguram até 25 mil hectares para um

único índio, sem levar sequer em consideração se são velhos, jovens ou crianças. Outro ponto que polarizou as discussões foi o conceito de plurinacional, defendido pelos membros do Conselho Indígenista. A introdução deste dispositivo na Constituição, segundo Júlio Mesquita, inviabiliza o Estado brasileiro e demonstra como o Cimi pretende implantar áreas de soberania restrita em território nacional. Através deste dispositivo as tribos indígenas passariam a ser pessoas jurídicas de direito privado interno, o que lhes asseguraria autonomia até para ter suas próprias fronteiras, independentes do controle do Governo Brasileiro.

O interesse em neutralizar o controle do Estado sobre estas fronteiras, segundo Júlio Mesquita, é explicitado na edição de quatro de setembro do GLOBO, na qual o jornal adverte que a falta de controle nestas áreas facilita o contrabando de pedras preciosas e o tráfico de entorpecentes, daí a facilidade na obtenção de recursos para as campanhas de defesa de um estado lanomani autônomo, abarcando territórios de vários países.

As denúncias do GLOBO, na opinião de Júlio Mesquita, foram muito mais fortes que as de "O Estado". Ele estranhou a não convocação para a CPI do responsável por esse jornal, o jornalista Roberto Marinho. O Deputado Lisâneas Maciel (PDT-RJ), que se apresentou para propor a convocação, foi informado pelo Presidente da Comissão, Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que o pedido havia sido feito pelo Senador Odacir Soares.